

## Apontamentos sobre as relações de gênero no romance *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* de Mia Couto

Samuel Dias Ribeiro<sup>1</sup>

Simone Nacaguma<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo é discutir como o autor Mia Couto trata as relações de gênero sexuais no romance *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* (2003). Uma das chaves de leitura possível para a estória é o encontro de “dois mundos”, em que a personagem principal representa a modernidade e a ilha o tradicional, é por meio desse encontro que a história se constrói. Nossa hipótese é a de que a pretensa modernidade que chega à ilha reafirma o patriarcalismo e machismo, mesmo quando a obra parece apontar, a possibilidade de os “dois mundos” interferirem positivamente um no outro. Verifica-se a manutenção naturalizada de opressão sofridas pelo gênero feminino na diegese. Conclui-se, assim, que, no choque cultural as relações de gênero se agudizam, isto é, as mulheres permanecem em condições de subordinação aos homens e sobre elas recai a violência do colonizador, sem que haja uma contestação desse *status*.

**Palavras-chave:** Questões de gênero; Modernidade e tradição; Mia Couto;

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades do Diversitas da Universidade de São Paulo (USP); graduado em Letras pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), e graduado em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS-SP). E-mail: [sdribeiro@usp.br](mailto:sdribeiro@usp.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7101-1709>.

<sup>2</sup> Simone Nacaguma é doutora em Teoria e História Literária, área de concentração Literatura Portuguesa, pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, possui mestrado em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo/USP e bacharelado em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. É docente de Literatura Portuguesa na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP, campus Guarulhos. Coordena a Comissão de Curricularização da Extensão da UNIFESP desde 2015 e, atualmente, desenvolve projeto de pós-doutoramento sobre Literatura e Saúde Mental. E-mail: [snacaguma@unifesp.br](mailto:snacaguma@unifesp.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0154-0709>.



## Notes on gender relations in the novel *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* by Mia Couto

### ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss the sexual gender relations in the novel *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* (2003), within the dualism of modernity-tradition, in which the main character represents modernity and the island, the traditional world. Our hypothesis is that the so-called modernity that arrives on the island reaffirms a patriarchal and sexist lifestyle, even when the novel seems to indicate a possibility of the “two worlds” positively interfering with each other. It is concluded that this becomes more acute, as women remain in conditions of subordination without a contestation of this *status*.

**KEY WORDS:** Gender issues; Modernity and tradition; Mia Couto.

### 1. Introdução

Este artigo constituiu o trabalho final de uma disciplina do curso de Letras da Universidade Federal de São Paulo. Sua elaboração se deu a partir da experiência de leitura do romance *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* (2003), do moçambicano Mia Couto, por meio da metodologia do Laboratório de Leitura (GALLIAN, 2017), realizado durante a disciplina. Sobre o Laboratório de Leitura e sua metodologia explico na primeira parte deste artigo, pois foi durante as discussões da obra nos encontros do grupo que o tema desenvolvido aqui mostrou-se pertinente.

Inquietou-me a maneira como a sequência de revelações dos sofrimentos das personagens mulheres que participam da estória não vieram acompanhadas de questionamentos quanto à inaceitabilidade desses sofrimentos, nem por parte das personagens masculinas, tampouco das personagens femininas, e ainda, ao final da leitura, pairou o entendimento de que o autor, por suas escolhas narrativas, não o faz, a não ser que aceitemos a simples narração como uma denúncia, o que para nós não se sustentaria. Desta forma, o objetivo deste trabalho é investigar mais detidamente o que a discussão sobre essa questão no laboratório pareceu-me apontar.



Para subsidiar essas reflexões vali-me do pensamento de Conceição Evaristo (2009) e Muniz Sodré (2015) quanto ao entendimento da literatura como objeto de apreensão de interpretações de mundo; e dos apontamentos de Andreza dos Santos Flexa (2013) e Evillyn Kjellin (2017), e ainda José Benedito dos Santos e Rita do Perpétuo Socorro Barbosa de Oliveira (2014), que tratam da obra de Mia Couto e da representação do gênero feminino em seus romances.

Cabe esclarecer que as reflexões que se fazem aqui não objetivam desqualificar a obra, tampouco defender que o autor não se vale da obra para questionar as posições hierárquicas que sustentam boa parte das sociedades, mas interessa-nos contribuir para a reflexão sobre a questão de gênero sob uma perspectiva decolonial<sup>3</sup>.

Dito isso, na primeira parte deste artigo apresentaremos uma contextualização sobre o Laboratório de Leitura, sua metodologia e suas contribuições para uma leitura e interpretação mais ampla da obra. Em seguida, apresentaremos a obra e analisaremos a situação das mulheres e as relações de opressão a que elas estão submetidas, é nesta etapa que apresentamos nosso entendimento da obra e como nossa hipótese encontra elementos no texto para ser validada. A terceira parte do artigo foi reservada para as nossas considerações finais.

---

<sup>3</sup> Compreendido como movimentos, ações, práticas e construções epistêmicas que se opõem, reagem aos efeitos da colonização, sejam eles concretos e ou subjetivos. Para Costa; Grosfoguel (2016), o “decolonial” é “uma rede de pesquisadores que busca sistematizar conceitos e categorias interpretativas” e ainda “um programa de investigação modernidade/colonialidade” (p.16). Nos estudos decoloniais as feministas negras vem demonstrando que as mulheres, e em especial as mulheres negras sofrem duplamente opressões de gênero e de raça, e é com esse entendimento que intelectuais como Patrícia Hill Collins, bell hooks, Lélia Gonzales, para citar alguns nomes, vão apontar em suas obras, a necessidade de interpretações socio-histórico-culturais e econômicas que prescindam de uma intersecção dos marcadores sociais de classe, raça, gênero, sexualidade e outros. O projeto decolonial seria derivado dos estudos pós-coloniais, “em decorrência do silêncio ou da obliteração da teoria pós-colonial às contribuições de intelectuais da América Latina” (COSTA, GROSFUGUEL, 2016, p. 16) mesmo em vistas das históricas reações dos pensamentos gestados por estas e estes intelectuais ao colonialismo/imperialismo e seus efeitos nas sociedades vistas como subalternas.)



## 2. Contextualizando o Laboratório de Leitura do romance *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*.

Este relato não poderia ter início sem me referir ao antes desta experiência, ou seja, à minha convivência com outras leituras de Mia Couto. Li, há uns quatro anos, o livro de contos *Estórias abensonhadas* (2002), e não consegui me conectar com quase nada, a não ser, na minha percepção, com a exagerada linguagem poética do autor. Depois disso, para não ser “aquele que não gosta de Mia Couto”, tentei ler um de seus romances, o que se mostrou ainda mais difícil, abandonei-o com menos de 20 páginas lidas e esqueci do autor. Relato essas aproximações-distanciamentos com a obra do autor para ressaltar a importância do Laboratório de Leitura que passo a comentar.

O Laboratório de Leitura, do qual participei, foi organizado e conduzido pela Profa. Simone Nacaguma no âmbito da disciplina “Pesquisa monográfica em literatura portuguesa” do curso de Letras da Universidade Federal de São Paulo em 2021. Só após a matrícula na disciplina é que soube que haveria a leitura e discussão de uma obra de Mia Couto, confesso que quase desisti, pois não via motivo para ler algo que me custaria tanto empenho em meio ao caos ocasionado pela pandemia em que estamos vivendo, só queria terminar de cumprir minha carga horária de graduação sem grandes problemas, mas que bom que não desisti nem da disciplina e nem do autor.

Requerendo leitura prévia da obra, o Laboratório de Leitura se desenvolveu em quatro encontros de discussão. O primeiro e o último encontro tinham perguntas norteadoras que guiavam o início das discussões. No primeiro, chamado de Histórias de Leitura, os participantes buscaram responder à seguinte questão: O que a obra leu em mim? Fomos incentivados, assim, a relatar nossas percepções de leitura do romance, não sob uma perspectiva técnica ou teórica, mas emocional, isto é, sob a perspectiva dos afetos. Levando-se em conta que a leitura nos toca, nos *afeta*, foram justamente desses afetos que surgiram os primeiros sentidos e questões dos leitores e das leitoras participantes em relação ao texto e foi essa perspectiva de valorização da subjetividade de leitura que foi crucial tanto para minha mudança de olhar sobre a obra de Mia Couto quanto para o despertar da questão central deste artigo.



A professora organizou a discussão da obra a partir dos capítulos, sequenciando a discussão no segundo e terceiro encontros, batizados de Itinerário de Discussão, e no quarto e último encontro, chamado de Histórias de Convivência, fizemos uma espécie de “balanço” da experiência de leitura, em que buscamos responder a outra questão colocada pela professora: O que estou levando dessa experiência de leitura? Isto é, da experiência de leitura de *Um rio chamado tempo e de uma casa chamada terra*, de Mia Couto? Posto isso, posso dizer que a leitura dessa obra não foi um prazer total, todavia não foi cansativa, foi uma boa experiência. O livro me fez lembrar de histórias, de pessoas e de lugares para os quais tive que retornar após longos anos de afastamento. Precisei acessar sentimentos antigos, o que teve grande impacto sobre mim, tanto negativo quanto positivo, e despertou uma sensação de novidade, já que não havia me dado conta antes desses elementos.

Assim como o personagem jovem Mariano, passei anos longe da minha terra (uma cidade do interior do Piauí), dos lugares que construíram minha identidade, minhas raízes emocionais e sociais, sim raízes, porque o folhear e o florescer se deram já nas terras paulistas, talvez mais áridas do que as de onde nasci, porém as raízes aclimatadas com as secas, acostumadas a guardar água para dias de sequeidão, não tiveram grandes dificuldades para se segurar nas ventanias. E olha eu bem poetizando e metaforizando (talvez, uma das marcas deixadas pela convivência com a obra?).

Todo o percurso do Laboratório de Leitura foi essencial, pois ao permitir uma aproximação com a obra sem muita cobrança de teoria literária, de saber o “teoriquês” dos analistas e críticos de literatura (dos quais estou tentando fazer parte), foi possível desenvolver a aprendizagem de atentar-me ao texto, ao que ele está dizendo diretamente a mim, ou o que ele pode dizer a cada leitor em particular. Isso facilitou muito o aprofundamento das questões abordadas mais à frente, pois a troca de percepções entre as participantes foi essencial no desenvolvimento de diferentes pontos de vista, enriquecendo a discussão e as perspectivas de análise.

Deixo registrado meu agradecimento a professora Simone Nacaguma, pois sua condução foi importante, e me mostrou que ainda é possível analisar “tecnicamente” uma obra deixando-



a falar, e principalmente, sem torná-la enfadonha, como alguns críticos têm o “talento” de fazer.

Levo dessa jornada a lição de que um livro não pode ser julgado pela leitura de outros, mesmo assim, estou certo de que Mia Couto não conseguiu conquistar o “meu EU leitor” ou, talvez, eu é que não tenha conseguido ainda acessá-lo como o bom contador de histórias que é. No entanto, ler por meio do laboratório foi uma experiência enriquecedora, que me acrescentou calma em dias agitados. E para ficar entre Mia Couto e seu admirado Guimarães Rosa, o importante foi a travessia. Sigamos para a análise da obra.

### 3. Análise da obra

A doutora e ficcionista Conceição Evaristo diz que, mesmo reconhecendo a impossibilidade de a literatura retratar com fidelidade a sociedade, não podemos “afirmar, entretanto, que o discurso literário nasce e circula imune e impune ao meio em que foi criado” (EVARISTO, 2009, p. 19); para ela, ao criativamente “imitar a vida”, concordando ou discordando, e expondo suas percepções, o sujeito autoral acaba por colocar no texto sinais reveladores da constituição de uma sociedade em determinado momento histórico. Assim, ao olharmos para o mundo de imaginários e de símbolos que é a literatura, é possível entendê-la como um campo privilegiado para percebermos quais discursos foram e são construídos em determinados momentos históricos.

Muniz Sodré, quando trabalha o conceito de forma social no campo das artes e da comunicação, afirma que na narrativa literária é possível encontrar registro de uma “forma de vida”, “que pode ser compreendido como a historicidade própria do homem” (SODRÉ, 2015, p 132). A Forma social “deixa transparecer uma modalidade individual e coletiva da existência humana, sem separar radicalmente a ação da representação ou da consciência. Pela forma social reconhecemos a objetividade da vida em sociedade [...] sem desconsiderar o vivido (subjetivo) dos indivíduos” (SODRÉ, 2015, p.133). Concordamos com o autor quanto ao seu entendimento de que a literatura é “lugar privilegiado para o escrutínio da ética conformadora



de consciências”, e que “o texto é cena das vicissitudes da representação e das ideologias identitárias” (SODRÉ, 2015, p.164).

Kjellin (2017), ao abordar as relações de gênero na literatura de Mia Couto, a inscreve no que se tem convencionado chamar de estudos e discursos pós-coloniais<sup>4</sup>; para ela, as literaturas em língua portuguesa contemporâneas em Moçambique vêm assumindo papel relevante ao questionar os processos de colonização e as violências e tensões que eles engendram. Em suas palavras, “os sujeitos pós-coloniais representados nas narrativas africanas de língua portuguesa são personagens marcados pela vivência do colonialismo e pela busca de uma nova forma de estar no mundo. (KJELLIN, 2017, p.1). Segundo Kjellin,

na história do patriarcado e do colonialismo, tomar posse de territórios teve como consequência a subjugação das mulheres das terras, pois marginalizavam a “exceção” e o “diferente”; e assim “a superioridade do homem por sobre a mulher e do homem branco europeu por sobre todos os homens não brancos e não europeus ficou garantida” (KJELLIN, 2017, p.2 apud LUGARINHO, 2013, p. 20).

Assim a autora discorre sobre as contribuições de uma das obras de Couto para o debate da representação feminina na literatura. Para ela a obra contribui para um reposicionamento das figuras femininas na sociedade. De fato, as obras do autor com as quais tive contato e estudos sobre sua obra vem demonstrando como as mulheres ganham centralidade e destaque, bem como são apresentadas de maneira ativa, contestadoras de sua posição de subalternidade.

Santos e Oliveira (2014) analisando a mesma obra alvo deste trabalho dizem que “a arquitetura ficcional de Mia Couto denuncia a barbárie colonial e pós-colonial, ou seja, é um testemunho do escritor sobre o seu tempo, sobre a vida e sobre a relação entre literatura, história e realidade” (p.122). Para eles *Um Rio chamado Tempo, Uma Casa chamada Terra* de Mia Couto (2003) “ocupa um lugar de destaque, sobretudo por denunciar a opressão a que as mulheres moçambicanas são submetidas, a qual assume formas ancestrais e modernas”(SANTOS; OLIVEIRA, 2014, p. 124) e ainda que nela o autor “traz para o espaço

---

<sup>4</sup> “O projeto pós-colonial é aquele que, ao identificar a relação antagônica entre colonizador e colonizando, busca denunciar as diferentes formas de dominação e opressão dos povos” (ROSEVICS, 2014).



enunciativo de sua ficção as vozes femininas para contarem as suas histórias” (p.124), assim elas figurariam

como vozes de resistência, uma vez que elas simbolizam os dilemas culturais e sociais vivenciados pela mulher moçambicana na atualidade, como seres de fronteiras que transitam entre a tradição e a modernidade, ora reafirmando, ora rejeitando os valores que vigoram em Moçambique pós-colonial (SANTOS; OLIVEIRA, 2014, p. 124).

Concordamos com a análise dos autores quanto o caráter denunciativo da obra, bem como da dupla opressão a que as mulheres moçambicanas presentes no romance estão submetidas, e ainda quanto à resistência a essa submissão que algumas delas demonstram ao longo do livro, mas interrogamos aqui a falta de contrapontos, questionamentos diretos na obra quanto às violências às quais elas são submetidas, nem por parte delas próprias, nem por parte do narrador, ou de qualquer personagem da obra. Na nossa hipótese, há denúncia, entendendo que ao abordar o tema, já se fomenta o debate, mas não há movimento de reprovação contundente, como pretendemos mostrar, o que pode apontar dois caminhos: primeiro o da renúncia como manifestação de reprovação, e o segundo uma desesperança com possíveis mudanças na problemática apontada

Assim, com esses paradigmas, pretende-se neste artigo apreender como as figuras femininas são tratadas na obra *Um Rio chamado Tempo, Uma Casa chamada Terra* de Mia Couto (2003). Partindo do pressuposto de que a obra está plena de denúncias das vicissitudes do colonialismo europeu em Moçambique, mas que, no entanto, não apresenta possibilidades de rompimento com os princípios patriarcais e machistas que organizam esse “sistema-mundo”, seja na sua versão moderna ou tradicional, ainda que a obra se estruture por meio da oposição dessas duas formas de organização social.

Notadamente conhecido por uma prosa intensamente poética, plena de neologismos, o autor moçambicano Mia Couto entregou ao público em 2002 a obra *Um Rio chamado Tempo, Uma Casa chamada Terra* em que conta a história dos “Malilanes, ou, no aporuguesamento, os Marianos” (COUTO, 2003, p. 18), uma família tradicional e importante da pequena ilha africana “Luar-do-Chão” que se vê num impasse: Dito Mariano, seu patriarca, está morto e não está, ao mesmo tempo, ou seja, clinicamente encontra-se em estado cataléptico. Enquanto a família está





dividida em prosseguir com o enterro ou continuar esperando o despertar à vida do patriarca, todos os membros do clã são convocados à ilha para prestar homenagens ao ancião, e é assim que o “neto” e protagonista da história, Mariano - ou Marianinho - é obrigado a voltar do continente, para onde foi estudar muito jovem, e dessa forma retomar o contato com um modo de vida com o qual não estava mais familiarizado, não tinha mais memória, e do qual estava desenraizado.

Personagem central da obra e narrador dela, Marianinho começa assim a incursão de volta para Luar-do-Chão, sua terra natal: “Por motivo de falecimento, abandono a cidade e faço a viagem: vou ao enterro de meu avô Dito Mariano” (COUTO, 2003, p.15). E completa

nenhum país é tão pequeno como o nosso. Nele só existem dois lugares: a cidade e a ilha. A separá-los, apenas um rio. Aquelas águas, porém, afastam mais que a sua própria distância. Entre um e outro lado reside um infinito. São duas nações, mais longínquas que planetas. Somos um povo, sim, mas de duas gentes, duas almas (COUTO, 2003, p. 18).

Com essas palavras, Mariano introduz o leitor na dicotomia ilha-cidade e a todos seus desdobramentos possíveis: modernidade/tradição, racionalidade/afetividade, conhecimento científico/mitologia-religiosidade. Não demora muito para que o jovem educado na cidade entre em choque com o que ele entende por “atraso”, ou falta de progresso, aos seu olhos a ilha carece de ser “arrumada”:

Me empoleiro no atrelado do tractor, vou circulando entre os caminhos estreitos de areia. Até há pouco a vila tinha apenas uma rua. Chamavam-lhe, por ironia, Rua do Meio. Agora, outros caminhos de areia solta se abriam, num emaranhado. Mas a vila é ainda demasiado rural, falta-lhe a geometria dos espaços arrumados (Couto, 2003, p. 27).

A ruralidade da ilha contrasta com a modernidade da cidade com a qual ele está habituado. É a visão de um jovem que se afastou da ilha, mas que, na expectativa de seus familiares, pode ajudar a salvar a terra de seus antepassados da devastação concreta (exploração de terras) e subjetivas (desapreço pelos costumes e pela tradição). Posteriormente, veremos a gradativa mudança da personagem, ela irá, cada vez mais, reaproximando-se das mitologias, da cosmovisão e tradição de seus ancestrais.



Flexa (2013), analisando a obra sob a ótica da construção identitária de Marianinho, chama atenção para o fato de a narrativa guardar relações com o período do pós-guerra em Moçambique, em especial, e com a África pós-colonial de forma ampla, ela diz:

as agitações familiares têm como pano de fundo a situação de decadência, mesmo após a independência, resultado da troca de um mundo em que o sistema de valor não funciona mais em nome da tecnologia, da modernidade dos costumes (p.29).

A reaproximação de Mariano com suas raízes familiares, étnicas e culturais é um dos pilares que sustentam o romance. Mariano, o jovem “estudado”, é apresentado, ainda que de forma subjetiva, como sendo aquele que pode ligar a tradição de sua família e da ilha com a modernidade da cidade, sem que esta destrua todos os fundamentos, a cosmovisão de seus moradores.

A relação ilha-cidade, tradição-modernidade<sup>5</sup>, aparece na apresentação que Mariano faz das personagens, como no caso do Tio Último, visto por ele como “gente grande da capital, despente negócios e vai politicando consoante as conveniências” (p.28), este personagem não acrescenta, na visão de todos da família, nada de bom à ilha, ao contrário, tenta extrair dela riquezas de maneira irresponsável. Ele é um burocrata, alguém que se desarraigou das tradições mesmo ficando na ilha, mentiroso, tenta conseguir mais riquezas através da exploração das terras da ilha. Já o pai de Mariano, Fulano Malta, é o oposto do irmão, para ele a tradição da família, os costumes da ilha devem ser preservados a todo custo, uma de suas primeiras falas é “ninguém vive de ida e volta” (p.26), fala esta que é direcionada ao filho que retornava para Luar-de-Chão, sinalizando a necessidade de enraizamento. Trata-se de um ser que não se encaixa.

Em moço se sentira estranho em sua terra. Acreditara que a razão desse sofrimento era uma única e exclusiva: o colonialismo. Mas, depois veio a Independência e muito da sua despetença se

---

<sup>5</sup> Modernidade nos termos de Anibal Quijano (1992) para quem “durante el mismo período em que se consolidaba la dominación colonial europea, se fue constituyendo el complejo cultural conocido como la racionalidade/modernidade europea, el cual fue establecido como um paradigma universal de conocimiento y de relación entre la humanidade y el resto del mundo (p. 14). Nesse entendimento a personagem principal do livro representaria os sujeitos que foram educados dentro dessa visão de mundo em que a Europa seria o centro de irradiação do conhecimento aceitável, em que a razão foi alçada a superior em relação a outras formas epistemológicas.



manteve. E hoje comprovava: não era de um país que ele era excluído. Era estrangeiro não de uma nação, mas no mundo (COUTO, 2003, p. 74).

A cerimônia de recepção de Mariano na ilha evidencia ainda mais a dicotomia que sustenta o livro, acrescentando às já citadas a de gênero, alvo da nossa análise. A situação entre homens e mulheres na ilha aparece na localização dessas personagens ali, quando Mariano finca pé na ilha e encontra com quase toda a família. Vejamos: **“Os homens à frente, pés banhados pelo rio, acenam-nos. As mulheres atrás, braços de umas cruzando braços de outras como que segurando um só corpo. Nenhuma delas me olha no rosto”** (p.26, grifo nosso). As mulheres do clã malilane não ousam fixar o olhar e nem andar à frente dos homens, um costume, mas que já aponta a condição de subalternização que a tradição lhes impunha. O ritual de recepção completa-se com um círculo desenhado na areia ao redor dos chegantes e que os separa daqueles que na ilha estão, o abraço e cumprimentos só se dão após uma onda do rio apagar o círculo, liberando os recém-chegados para as demoradas cortesias africanas (p.26).

Mariano é o olho observador que conduz o leitor num mundo em que “à primeira vista, tudo definha. No entanto, mais além, à mão de um olhar, a vida reverbera, cheirosa como um fruto em verão: enxames de crianças atravessam os caminhos, mulheres dançam e cantam, homens falam alto, donos do tempo. (COUTO, 2003, p.28)”.

Bem observa Flexa (2013), que com este encontro do jovem Mariano com a decadência da ilha, “demarca-se o início do deslocamento de um sujeito moderno para um pós-moderno” (FLEXA, 2013, p.31).

Nota-se, com isto, que a associação entre o conjunto de valores constitutivos da tradição e as situações relacionadas às experiências da modernidade, vivenciadas por Marianinho na cidade, permitem conceituar o personagem como um sujeito contemporâneo que perdeu seus antigos perfis e, por tal razão, se acopla a outros (Idem, ibidem, p.31).

O choque entre modernidade e tradição pode ser verificado também na relação entre o médico da ilha e os membros da família de Dito Mariano, eles não confiam nele, nos seus conhecimentos técnicos e científicos, não acreditam na morte do patriarca. Esses exemplos ilustram a nossa linha de interpretação da obra, que se sustenta na discussão entre modernidade e tradição e as possíveis coexistências, simbioses entre essas duas “formas” de



vida. Nesse contexto, a personagem Mariano corresponderia àquele capaz de estabelecer o elo entre elas, porém de maneira mais “sustentável”, híbrida, em que o melhor dos “dois mundos” se compõem, se influenciam mutuamente, criam formas diferentes de se viver e, quiçá, melhores.

Avaliamos que é possível entender “o narrador-personagem como um sujeito pós-colonial, pois [ele] reflete a realidade dos sujeitos contemporâneos que transitam em meio a identidades fragmentadas múltiplas e deslocadas, geradas a partir das mudanças na estrutura social” (FLEXA, 2013, p. 32). Ele seria o único dos marianos, talvez, a ter uma formação que pudesse contestar a opressão da tradição sobre as mulheres, que sofrem opressão não apenas do mundo do colonizador, mas também da tradição. Mariano, como esse ser híbrido, que teve acesso à formação e educação europeias, tem uma condição peculiar para construir uma reflexão e análise das relações sociais e familiares em Luar de Chão sob uma perspectiva distinta da cosmovisão africana sem, no entanto, prescindir dela. Nesse sentido, ele corresponderia à personagem que, talvez, reunisse mais recursos para desenvolver esse “novo” olhar em relação à condição das mulheres na ilha.

Todavia, Mariano não consegue realizar qualquer movimento de contestação do *status quo* patriarcal-machista que estrutura as relações entre homens e mulheres na ilha, ainda que ele fosse aguardado pela avó como um “protetor” das mulheres da família. Marianinho representa, assim, a permanência dos costumes tradicionais, como mostra o trecho em que o seu tio Abstinência, dirigindo-se a ele, fala: “não esqueça: você recebeu o nome do velho Mariano. Não esqueça” (p.22), e Mariano sentencia: “O tio se minguiu no esclarecimento. Já não era ele que falava. Uma voz infinita se esfumava em meus ouvidos: não apenas eu continuava a vida do falecido. Eu era a vida dele” (p.22). Ele “cumpre”, desse modo, o esperado, sem buscar a modificação ou ao menos a contestação dos aspectos opressivos estruturais da própria tradição, fazendo jus, assim, à sua condição de observador privilegiado, como figura híbrida que é. Afinal, é ele o narrador da história.

Portanto, Mariano, como representante da modernidade, não propõe mudanças positivas em relação ao papel e ao lugar das mulheres na família e, por conseguinte, na



sociedade de Luar do Chão, ou seja, essa modernidade representada por ele não contribui para romper com estruturas de opressão contra as mulheres, pelo contrário, implementou outras que vieram a somar com elementos opressivos e abusivos da tradição. Assim, no romance, tradição e modernidade passam a comungar de um mesmo aparato opressor em relação às mulheres, coibindo seu desejo, direitos e possibilidades de emancipação. Nas palavras de Santos e Oliveira (2014), “são vozes femininas contra as quais tem sido aplicada a violência do triplo silenciamento por serem mulheres, negras e africanas” (p. 125).

São muitas as mulheres nesse romance de Mia Couto, todas com histórias de abusos, traumas e subjugação pelos homens, sejam europeus, sejam negros africanos. Miserinha, uma velha cega, que já no nome carrega a pecha de trazer ou viver misérias, foi uma das várias amantes do velho Dito Mariano e sofreu profundas intempéries por isso; Admirança, sua jovem cunhada, fora alvo dos desejos de Mariano desde a infância, também foi sua amante, guarda um segredo, que somente será revelado ao final; Avó Dulcineusa, mulher oficial de Dito Mariano, por quem sempre fora apaixonada, mas recebeu dele pouco afeto e muita traição.

Nyembeti, irmã do coveiro da ilha, surge com frequência nos sonhos eróticos de Marianinho, mas sempre representada com características animais, isto é, sem fala e como se estivesse sempre disponível para o sexo; Dona Conceição Lopes, embora portuguesa, é esposa do português que abusou da negra Mariavilhosa, causando-lhe um terrível trauma, o que, por sua vez, será a razão de seu suicídio.

Desse modo, no rol de personagens femininas do livro, Miserinha e Nyembete podem ser entendidas como as únicas que reagem, a sua maneira, aos desmandos e violências dos homens. A primeira assumindo uma persona misteriosa, meio feiticeira, que se abandona a uma vida mendicante, vivendo nas bermas da estrada da ilha como num “desleixo de si mesma” (COUTO, 2003, p. 131). Já a segunda tem em sua beleza um chamariz para os abusos, mas resiste em uma espécie de autoexílio, além de viver fora da cidade e do circuito social, restringindo-se ao cemitério onde trabalha com o irmão, não fala e se porta de forma selvagem diante da aproximação de qualquer estranho. Não fica claro no romance se ela efetivamente tem algum tipo de deficiência ou se consistiria em uma estratégia para manter os homens afastados. Ainda



que apresentadas de forma muito breve, essas personagens femininas conformam um conjunto de mulheres, violentadas, silenciadas, postas sob submissão e à mercê de abusos constantes, tanto de homens brancos quanto negros.

Nesse conjunto, destaca-se, no entanto, a personagem Mariavilhosa, mãe do jovem Mariano, protagonista do romance. Vamos sabendo dela aos poucos, como que em goles pequenos de água, vamos conhecendo sua vida, suas dores e seus segredos. No início, sabemos que ela se casou com Fulano Malta, filho do velho Mariano, e com ele deu à luz a Marianinho, contudo quando este era ainda pequeno, ela desapareceu no rio, ficando a dúvida se teria ou não ela cometido suicídio ou se sua morte decorreria de um acidente.

Mais tarde descobrimos que ela foi abusada sexualmente por um português, engravidou desse estuprador e provocou um aborto que lhe causou graves infecções, cujo tratamento adequado só seria possível na cidade, mas para isso precisaria desafiar a lei que impedia a travessia do rio pelos moradores, com exceção para marinheiros negros, então ela se disfarça de soldado para poder tomar o barco e salvar sua vida. A intersecção entre machismo e racismo se evidencia fortemente na história de vida de Mariavilhosa.

Por meio dessa personagem fica evidente uma das atrocidades cometidas pelo colonizador contra o povo moçambicano, o estupro contra as mulheres, como forma de silenciar e/ou abafar qualquer ato de resistência por parte do colonizado. Alberto Oliveira Pinto (2007, p. 48), em seu artigo “O colonialismo e a coisificação da mulher”, afirma que a mulher africana “foi sempre encarada pelos colonos portugueses tão somente enquanto um instrumento de dominação sobre os espaços e sobre os homens colonizados”. No plano da ficção, a personagem Mariavilhosa representa a face oculta da violência cometida contra a mulher ao longo de quase cinco séculos de colonização europeia no continente africano (SANTOS; OLIVEIRA, 2014, p. 137).

Nessas idas e vindas, Fulano Malta encantou-se por essa figura andrógena, corroído pela possibilidade de estar indo contra a “natureza”, procura o padre e, assim, fica sabendo de que se tratava de uma mulher e se casam. Curada da infecção mais grave, Mariavilhosa, no entanto, ficou com as cicatrizes físicas e psicológicas do abuso, ela não podia mais engravidar, tal sentença deixou nela marcas emocionais profundas. Até que, de maneira milagrosa, ela aparece grávida e dá à luz a Marianinho, mas a maternidade não foi capaz de curar as dores, um dia, ela entra no rio e começa a caminhar rio adentro até desaparecer. Como seu corpo nunca foi encontrado, surge a crença de que ela se integrou às águas do rio, tornando-se o próprio.

217



No fim do romance, sabemos que, na verdade, ela nunca havia engravidado novamente, isto é, que o “milagre” fora uma gravidez psicológica forjada por Dito Mariano, que se aproveita da fragilidade emocional da nora para encobrir a gravidez da sua jovem cunhadinha, sua amante. Dessa relação extraconjugal de Dito Mariano com a sua cunhada Abstinência, seu grande amor, nasce Marianinho, que, desse modo, não é seu neto, mas filho.

Em nenhum momento, quando Marianinho vai descobrindo sua história e a de sua mãe, bem como a de seu avô, ele avalia as ações do “avô” ou contesta os valores da tradição que subjuga as mulheres, coisifica-as, silencia-as. Essa passividade pode ser entendida como conivência ou ainda naturalização da opressão das mulheres, pois o mesmo não acontece quando ele reprova a ambição desonesta de seu tio Último.

Ao tomar conhecimento dos sofrimentos da mãe, de sua tragédia de vida, ele não se revolta, aceita as justificativas do avô, e nesse ponto a narrativa é desviada para uma espécie de confissão de Dito Mariano, como que se sua passagem para o mundo dos mortos dependesse dessa confissão, aliviando-lhe a culpa e o peso de guardar o segredo da filiação de Marianinho, sem, contudo, haver qualquer demonstração de algum arrependimento pela maneira indiferente com que tratou sua esposa Dulcineusa, bem como todas as mulheres ao seu redor. Traíndo Dulcineusa com a própria irmã e com a cunhada Miserinha, o patriarca desestruturou-as e subjugou-as, colocou-se na posição de quem pode tudo em nome da onipotência masculina, do machismo cultural e estrutural, o que, contudo, sequer é reconhecido ou contestado por seu filho-neto, representante da modernidade, ao contrário, ele sela a continuidade dessa estrutura.

O patriarca vê todos os abusos cometidos por ele como uma simples “impostura” (p.235), e desse modo ele é “perdoado” por Marianinho sem confrontação, um acomodar das coisas “como elas são”. O não dito torna eloquente a conformação, ou conivência, de Mariano com a violência de gênero. Ao contrário, o que se percebe é um encantamento de Mariano pela figura do patriarca sem qualquer questionamento de suas ações, sem nenhuma demonstração de discordância, de repreensão, de tentativa de mudar a forma como as mulheres de sua família são tratadas, o que constitui uma metonímia da condição das mulheres da ilha e da cidade, como



demonstra o episódio em que Fulano Malta sai da ilha somente para se deitar com prostitutas da cidade.

O abuso sofrido por Mariavilhosa a priva de ter filhos biológicos, sua fragilidade emocional a leva a aceitar o plano egoísta e sórdido do velho Dito Mariano. A cunhada Abstinência é privada da presença do filho e de exercer a sua função materna. Nunca se casa e não constitui uma família. Miserinha foi impedida de construir família por ser tratada como louca, e Dulcineusa foi a matriarca que silenciosamente aguentou os desrespeitos e abusos emocionais do marido. Nada disso ganha qualquer contraponto de contestação por Marianinho, quando todas essas histórias são desveladas, o que nos leva a crer que a modernidade anunciada nada mais é que a continuação de uma sociedade patriarcal, machista e sexista; contrariando o que desejava Dulcineusa, que entendia que Marianinho voltaria para a ilha, escolhido pelo avô, para defender as mulheres (COUTO, 2003, p.34).

#### 4. Considerações Finais

Vale esclarecer que, ao tratarmos neste artigo do binômio modernidade-tradição, não o entendemos sob uma perspectiva dicotômica, isto é, que a tradição compreende um lócus pleno de preconceitos e machismo e que a modernidade guarda uma condição inequívoca para a equidade entre os gêneros, não se trata de hierarquizar as duas cosmovisões, entendendo o moderno como bom e o tradicional como ruim e/ou atrasado.

O percurso que se buscou desenvolver aqui se justifica por identificarmos no romance elementos estruturais que corroboram com essa ideia de que o contato com a cidade, sinônimo de modernidade, possibilitaria uma abertura ao novo, ao diferente, o que, em tese, poderia representar a possibilidade de contestação de estruturas imobilizadoras, excludentes, hierarquizantes em se tratando especificamente da condição das mulheres sob a “tutela” da tradição, mas isso não ocorre no romance. Ao contrário disso, as mulheres estão à mercê dos homens, sendo-lhes interdita qualquer tentativa de romper com a tradição, todas sofrem abusos físicos, emocionais e sexuais, seus desejos não são levados em conta, muito menos incentivados, e isso ocorre tanto na cidade quanto na ilha, tanto no moderno quanto no





tradicional, tanto por parte dos mais velhos como dos mais jovens, pairando no romance o retrato de uma sociedade patriarcal, machista e sexista em que não se vislumbrou qualquer movimento no sentido de abalar essa estrutura, salvo ações solitárias e pontuais de poucas personagens, ainda assim sob uma aura qual o sentido de se usar aspas aqui? marginal.

Ainda que na diegese seja apresentada a condição da mulher negra em Moçambique, não há problematização da estrutura opressora tampouco a sugestão de saídas ou de novos caminhos por meio de personagens que acenem lenços coloridos tais como os usados por Miserinha, no meio das sombras, para terminarmos com uma analogia usada logo no início pelo narrador.

## 5. Referências bibliográficas

- COUTO, Mia. *Um Rio chamado Tempo, uma Casa chamada Terra*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009<sup>a</sup>. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>>. Acesso em: 27 set. 2021.
- FLEXA, Andreza dos Santos. História e identidade: Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra, Mia Couto. *Mulemba*. Rio de Janeiro: UFRJ, V.1, n. 8, pp. 29 - 40. jan./ jul. 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/4963>>. Acesso em: 27 set. 2021.
- KJELLIN, Evillyn. Confissão de um feminista: Mia Couto e as mulheres de Moçambique. In: 13º Mundo de Mulheres e fazendo Gênero 11, 2018, Florianópolis. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017. Disponível em: , [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498135315\\_ARQUIVO\\_Trabalhocompleto.EvillynKjellin.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498135315_ARQUIVO_Trabalhocompleto.EvillynKjellin.pdf)> . Acesso em: 27 set. 2021.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidade/razionalidad. *Perú Indígena*, 13(29): 11-20, 1992. Disponível em: < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5698653/mod\\_resource/content/2/quijano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5698653/mod_resource/content/2/quijano.pdf)>. Acesso em: 7 set. 2021.
- RIBEIRO DE OLIVEIRA, A. Do relato de experiência ao artigo científico: questões sobre gênero, representações e letramento na formação de professores a distância. *Scripta*, v. 16, n. 30, p. 307-320, 17 jul. 2012. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4253>>. Acesso em 27 set. 2021.



SANTOS, José Benedito dos; OLIVEIRA, Rita do Perpétuo Socorro Barbosa de. Mia Couto: poder e submissão feminina em Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra. *Revista África(s)*, v. 1, n. 1, jan./jun. p. 121-148, 2014. Disponível em: < <https://revistas.uneb.br/index.php/africanas/article/view/2384>>. Acesso em 07 ser. 2021.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

